


Pontos de intersecção nas escritas de mulheres na Argentina e na Palestina: autoficção, trauma e pós-memória

Intersection points in women's writings in Argentina and Palestine: autofiction, trauma and postmemory

Figueiredo, Carolina Ferreira de; Wassmansdorf, Marina Lis

 Carolina Ferreira de Figueiredo
carolina.ferreirafigueiredo@gmail.com
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Fundação de Amparo, Brasil

 Marina Lis Wassmansdorf
marinawass@gmail.com
Univ. do Estado de Santa Catarina, Brasil

Percursos

Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil
ISSN-e: 1984-7246
Periodicidade: Cuatrimestral
vol. 22, núm. 50, 2021
revistapercursos.faed@udesc.br

Recepção: 19 Março 2021
Aprovação: 09 Novembro 2021

URL: <http://portal.amelica.org/ameli/journal/815/8154414011/>

DOI: <https://doi.org/10.5965/1984724622502021215>

Resumo: Este artigo tem por objetivo propor pontos de contato entre as experiências de violência e produção de memória no contexto da Argentina e da Palestina, a partir da análise de duas obras distintas, um livro autobiográfico escrito pela palestina Ibtisam Barakat e um livro de memórias produzido por um coletivo de filhos/as de repressores argentinos. Partindo de campos diversos, as fontes apresentam um potencial analítico em comum: a escrita contemporânea de mulheres, com formas narrativas e preocupações temáticas relacionáveis. Propõem-se reflexões entre as obras analisadas, considerando dois objetivos principais: de que forma a “pós-memória” pode ser uma categoria pertinente para pensar esses processos históricos, a partir de uma revisão bibliográfica do conceito que o testa em cenários marginais, e conjecturar sobre o lugar da autoficção feminina na produção do passado recente. Entendendo a pós-memória como um dispositivo crítico e tendo em vista a complexidade temporal que os casos argentino e palestino suscitam, o uso da categoria pode ser uma possibilidade analítica para o emaranhamento de memórias refletidas nesses textos, ainda que particularidades dos efeitos da violência de Estado se coloquem para cada caso.

Palavras-chave: pós-memória, trauma, autoficção feminina, violência de Estado.

Abstract: This article aims to propose points of contact between the experiences of violence and memory production in the context of Argentina and Palestine, based on the analysis of two different works, an autobiographical book written by the Palestinian Ibtisam Barakat and a memoir produced by a collective of children of Argentine repressors. Starting from different fields, the sources have a common analytical potential: women's contemporary writing, with narrative forms and relatable thematic concerns. Reflections are proposed on the analyzed works, considering two main objectives: how the “postmemory” can be a relevant category for thinking about these historical processes, based on a bibliographic review of the concept that tests it in marginal scenarios, and to conjecture about the place of female autofiction in the production of the recent past. Understanding post-memory as a critical device and in view of the temporal complexity that the Argentine and Palestinian cases raise, the use of the category can be an analytical possibility for the entanglement of memories reflected in these

texts, despite the particularities of the effects of violence of State for each case.

Keywords: postmemory, trauma, female autofiction, State violence.

INTRODUÇÃO

O texto a seguir apresenta uma análise de obras literárias produzidas por autoras em ambientes distintos, uma argentina e outra palestina, que tratam de temas caros às suas respectivas sociedades, isto é, a ditadura e a ocupação. Para a escrita deste artigo, partimos de campos e problemas diversos, bem como de um recorte espacial e temporal específico para cada caso, porém, com uma fonte que tem um potencial analítico em comum: a escrita contemporânea de mulheres, com formas narrativas e preocupações temáticas relacionáveis. Nesse sentido, ainda que de maneira inicial, propomos reflexões e comparações entre as obras analisadas, considerando dois objetivos principais: em primeiro lugar, de que forma a “pós-memória” pode ser uma categoria pertinente para pensar esses processos históricos, a partir de uma revisão bibliográfica do conceito que o testa em cenários marginais e, em segundo lugar, analisar os elementos presentes nestas obras, de modo a conjecturar sobre o lugar da autoficção feminina na produção do passado recente, especialmente no que diz respeito aos processos de escrita como elaboração do trauma e como resistência. Ao final deste percurso, espera-se que os seus resultados possam ampliar possibilidades de investigação e contribuir para o uso de ferramentas teórico-metodológicas no estudo sobre a Argentina e a Palestina contemporânea.

Para tanto, partimos da obra *Escritos desobedientes: Historias de hijas, hijos y familiares de genocidas por la memoria, la verdad y la justicia* (2018), produzida pelo coletivo de filhos/as de repressores argentinos chamado *Historias Desobedientes: familiares de genocidas por la memoria, la verdad y la justicia*, e do livro intitulado *Tasting the Sky: a Palestinian Childhood* (2007), em tradução livre, *Provando o Céu: uma infância palestina*, escrita pela autora palestina Ibtisam Barakat. A narrativa do livro é dividida em três fases, com quebras temporais: a primeira e terceira partes se passam em 1981, já na segunda e maior parte do livro, Barakat narra a história da expulsão de sua família de Ramallah, na Cisjordânia, em 1967, quando tinha quatro anos, devido a Guerra dos Seis Dias, evento nomeado como *Naksa* – o revés¹ pelos palestinos/as. Quando retornam à sua casa meses depois, por meio de permissão internacional, os Barakat têm de lidar com um território ocupado pelo exército israelense, alterando completamente o cotidiano familiar.

Já o texto dos desobedientes, que pode ser considerado um “livro de memórias”, trata do surgimento da associação – que tem como objetivo a denúncia dos filhos/as perante os crimes praticados pelos seus pais no contexto da ditadura argentina –, das histórias de vida de seus integrantes (e não integrantes convidados) e das publicações institucionais do grupo em redes sociais e meios de comunicação. À parte as diferenças desses cenários, que serão detalhadas nos tópicos seguintes, visto que a narrativa argentina apresenta a problemática da violência perpetrada pelo Estado aos próprios cidadãos², enquanto a Palestina enfrenta a violência de um estado-nação constituído, Israel, situando uma forma contemporânea de colonialismo³, as obras se aproximam ao tratar dos efeitos da violência de Estado no interior de suas famílias e da resistência que mobilizam enquanto sujeitos críticos de sua geração.

Consideramos que essas correlações estão inseridas na própria problemática da narração em uma perspectiva de gênero, uma vez que a escrita contemporânea de mulheres tem lidado com temas particulares e amplos, ou seja, ao mesmo tempo em que tratam de suas realidades específicas, endereçam questões relativas a opressões cotidianas, críticas à cultura patriarcal, entre outros, potencializando uma escrita subversiva, bem como um diálogo transnacional. Por esse viés, portanto, a proposta de produzir literatura incide na própria forma de narrar, especialmente no que diz respeito ao embaralhamento entre ficção e testemunho, resultando

na produção de uma autoficção⁴ – ou neste caso, uma autoficção feminina (FIGUEIREDO, 2013), que, além de uma escrita profundamente pessoal e memorialística, expressa um compartilhamento de angústias e violências que cercam a vida de mulheres em sociedades diversas. Questões estas visualizadas nas obras analisadas, de maneira que a escrita feminina das filhas de repressores busca conectar, na denúncia a um passado marcado pela violência de Estado, a violência patriarcal e intra-familiar – representada pelo que seriam suas famílias militares. No caso de *Tasting the Sky*, da palestina Barakat, reflexões sobre atribuições de gênero estão presentes, atravessadas pelas relações (e papéis) familiares e a ocupação territorial, ainda que outra lente importante se coloque, a narrativa da/sobre a infância.

A partir disso, a referencialidade aparece como uma questão central, visto que, segundo Régine Robin (2002), o texto contemporâneo se esforça para borrar marcas e referências para ressaltar a polifonia do sujeito, “[...] mediante toda clase de procedimientos de escritura, de puesta en texto, que van desde el doble a la ventríloqua, pasando por efectos vocales: voz del dentro, voz del afuera, voces actuales, voces antiguas [...]” (ROBIN, 2002, p. 47). Ainda que a autoficção de Barakat enfatize uma referência contextual extratextual, com a utilização de marcação temporal e datações históricas para a Palestina, a narrativa de si é marcada por uma intensa autorreferencialidade, de percepções próprias, descentradas e figuradas. Nesse âmbito, a literatura autoficcional é paradoxal: ao mesmo tempo em que se coloca a autoria enquanto inventiva, fragmentária – ficcional no sentido mais estrito do termo – o que se revela pela narrativa é uma vontade de verdade, ou seja, contar e entender o que aconteceu e visibilizar perspectivas escamoteadas por narrativas hegemônicas. É o que Rodrigo Turin (2017) desenvolve enquanto caminhos contemporâneos para a literatura que trata do testemunho e do trauma, na medida em que “servem menos para colocar em questão as possibilidades de representar as experiências do passado do que interrogar e buscar uma espessura própria da experiência histórica” (TURIN, 2017, p. 59). Em outras palavras, é uma produção direcionada fortemente para o tempo presente, para “cobrar” as demandas da atualidade, seja por representação, reparação e/ou reconhecimento. Este passado imaginado e narrado extrapola os resultados do enredo do texto para produzir uma utilidade, um passado que pode ensinar lições, valendo-se da perspectiva de Hayden White (2019). Portanto, demanda um espaço público de enunciação, ainda que tratando de temas muitas vezes íntimos.

O artigo está dividido em três partes. Na primeira, apresentamos a origem do conceito de pós-memória e as discussões teórico-historiográficas em torno da categoria a partir de cenários marginais, especificamente as reflexões acerca da pós-memória nos contextos argentino e palestino. Em um segundo momento, analisamos cada produção literária, buscando pontuar elementos angariados pelas escritoras, particularmente em referência a escrita feminina e às memórias familiares, e o que elas podem dizer sobre esses processos traumáticos. Por fim, a partir dos estudos de caso da Ibtisam Barakat e Analía, propomos reflexões em torno da aplicabilidade do conceito da pós-memória.

A PÓS-MEMÓRIA EM CONTEXTOS MARGINAIS: DEBATES SOBRE A ARGENTINA E A PALESTINA

Desde os anos 1980, o termo “pós-memória” vem sendo aplicado para estudar e entender os objetos culturais produzidos a partir das experiências traumáticas do século XX, apostando numa definição que busca inserir dentro do conceito mais amplo de memória a perduração do trauma através das gerações. As principais pesquisas surgem dentro do campo da crítica literária dos Estados Unidos, cujos objetos renovariam as perspectivas de estudos do Holocausto (SZURMUK, 2009), até então focados nas experiências das vítimas. Seu principal expoente foi Marianne Hirsch (1997) e sua pesquisa sobre a segunda geração afetada pela *Shoah*.

A pós-memória, nos termos de Hirsch, caracterizaria a tentativa de recuperação de memória, dentro de um contexto intrafamiliar, daqueles que não viveram diretamente a experiência traumática, absorvendo apenas os vácuos de memória da geração que a precedeu e viveu pessoalmente o trauma. Por isso, segundo a autora, há uma tentativa, por esses filhos/as, de se conectar com o objeto (que pode ser uma fotografia de época ou uma criação textual própria) menos pela recordação de seus pais e mais pelo papel da força emocional

criadora. Nesse viés, tal categoria mobilizaria mais o sentido de “passado vicário” (substituto; criador) do que a transmissão em si, pois esta estaria prejudicada pelo drama do traum⁵.

Segundo Szurmuk, o uso do termo pós-memória tem sido alargado academicamente para abordar experiências para além dos limites discursivos do Holocausto. Nesse sentido, pontua a autora, o termo já é utilizado para falar de espaços geográficos com memórias múltiplas como é o caso da Palestina e de Israel. Em relação à América Latina, o conceito tem sido explorado ultimamente para se referir aos filhos/as de desaparecidos e à segunda geração nascida depois do final das ditaduras do continente (SZURMUK, 2009, p. 226).

O conceito de pós-memória, na Argentina, surge aproximadamente nos anos 2000, primeiramente como ferramenta para explorar as produções culturais dos sobreviventes do nazismo na Argentina, para depois analisar os efeitos da última ditadura no país na memória criativa dos jovens que a viveram quando crianças e daqueles nascidos após o seu fim, em especial a dos filhos/as dos militantes políticos (SZURMUK, 2009). Esse campo de estudos, no país e em detrimento da geração estudada por Hirsch, teve a característica peculiar de dispor de uma quantidade profícua de fontes de autoria da geração afetada pela ditadura. E isso se deve, especialmente, ao grupo HIJOS (*Hijos e hijas por la Igualdad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio*), que, da década de 1990 para cá, foi responsável por difundir um discurso estético e político acerca do passado recente argentino (PELLER, 2016). Nesse viés, há uma extensa gama de produções simbólicas desses filhos/as (não apenas da agrupação HIJOS), que se compõe de “relatos literarios, films ficcionales, documentales, ensayos fotográficos, obras teatrales y performances” (PELLER, 2016, p. 77), em que discutem a violência do período militar, perscrutam sobre a memória cotidiana das organizações de esquerda e indagam sobre as opções pessoais e políticas da geração de seus pais.

A ausência dos progenitores (pois o desaparecimento foi uma estratégia do terrorismo de Estado⁶, a qual culminou, entre tantas violências e supressões, com o impedimento do convívio mais basilar das relações afetivas) e a indagação sobre os rastros desse passado familiar são os elementos que definem o trabalho de pós-memória – pelo menos nos termos de Hirsch . desses filhos/as em relação à ditadura argentina. Contudo, adverte Basile, os filhos/as de presos e desaparecidos argentinos também foram atingidos pelo terrorismo de Estado, sendo acometidos, de uma forma ou outra, pelas ações da ditadura: “el secuestro de los padres delante de los niños, el allanamiento de la casa, la infancia clandestina y las mudanzas de casas, la visita a los padres en la cárcel, [...] etc.” (BASILE, 2019, p. 37). Neste outro entendimento, esses filhos/as também são vítimas da ditadura, e também se reivindicam como vítimas.

Assim, a perspectiva de “vítima”, de ter sofrido direta e pessoalmente o trauma, traz outros elementos para pensar a experiência argentina, pelo menos no caso daquelas crianças atingidas pela repressão. Por essa vivência, Basile propõe outra categoria de análise para o caso argentino, chamada de “*doble memoria*”, pois abarca tanto a busca pela memória dos pais quanto a própria memória da infância desses filhos/as (BASILE, 2019).

E, segundo ela, a *doble memoria* também pode ser estendida para o caso de outros filhos/as dos anos 1970: justamente os filhos/as dos perpetradores, que, de certa perspectiva, podem ser compreendidos como vítimas desse período, na medida em que herdaram uma história maldita da qual não participaram e pela qual não são responsáveis, mas que são o tempo todo convocados a lidar como cúmplices e culpados. “Son culpables hasta que demuestren con hechos que son inocentes” (LIPIS; LEDERER, 2019 *apud* BASILE, 2020b, p. 133), interpreta Erika Lederer . filha de um médico militar que realizava os partos das presas políticas em centros clandestinos de detenção . sobre a carga social que carregam. A figura de que se ocupam, portanto, não é a do pai desaparecido; ausente, mas a de um pai presente (BASILE, 2020a) e extremamente incômodo.

Ao analisar a memória desses filhos/as críticos dos agentes da repressão, contextualiza a autora que eles possuem a própria memória do mundo infantil e de sua infância no lar militar . a qual é revista pelas lentes da desobediência, e aquela que é a memória que buscam sobre os pais, cujo empreendimento os leva a “cuestionarlos, a denunciarlos e incluso intentar declarar contra ellos” (BASILE, 2020a, p. 217).

Um dos exemplos dessa busca, segundo Basile, é a memória de Analía Kalinec . filha de um policial ex-agente da ditadura, pois sua narrativa interpela duplamente o passado, na medida em que interroga não apenas o seu próprio passado infantil, mas também o passado infantil do seu pai, no sentido de tentar entender o que passou com ele, lá atrás, para que se tornasse um torturador (BASILE, 2019, 2020a). Essa perspectiva dupla, contudo, pôde apenas ser discutida quando a ótica pessoal e referencial desses filhos/as iluminou o lugar da família militar do período de exceção na Argentina. As memórias desses desobedientes, interrogando o papel da figura do repressor dentro de casa, possibilitam acessar as escalas mais íntimas da ideologia repressiva do Estado, e converte-se numa maneira inovadora de observar os efeitos do autoritarismo no passado recente. Bibiana Reibaldi, filha de um oficial de inteligência do Exército, conta que, em 1977, quando trabalhava no setor de assistência social de uma empresa de correios – um médico – marido de sua chefe, fora golpeado e sequestrado por um comando militar no meio da noite, em frente à esposa e os filhos. Isabel começa a buscá-lo incessantemente em instituições, sem respostas. Observando a angústia de sua colega de trabalho, oferece a ela conversar com seu pai, na época atuante no Batalhão 601, em Buenos Aires, com o objetivo de obter alguma resposta sobre o paradeiro de Rubén Salinas. “Fue entonces cuando escuché, de boca de esa persona en la que aún confiaba, la versión más despiadada y cruel que podría haber escuchado: Estamos viviendo una guerra, una guerra sucia... en todas las guerras mueren inocentes...” (REIBALDI, 2018, p.33)⁷. Embora Bibiana não fosse mais uma criança no período em que seu pai atuou como agente repressor da ditadura – como é o caso de boa parte desses filhos/as desobedientes –, o sucedido com uma pessoa tão próxima, possibilitou que já naquela época, ela pudesse questionar as suas ações e descobrir na sua resposta o mesmo discurso que o governo utilizava para cometer os crimes. O trabalho da *dobles memoria*, nesse sentido, também se refere ao recorrido crítico sobre o que aconteceu, que sempre remonta a um acontecimento, a um ponto de inflexão (BASILE, 2020, p. 133), quando eles deixam de ser apenas vítimas para assumirem uma posição frente à conduta de seus pais.

Diferente da historiografia argentina, os estudos palestinos, segundo se pesquisou, não têm utilizado largamente o conceito de pós-memória – empregando-se o termo “memória” de maneira mais frequente, ou designações próprias, como “memoricídio” [*memoricide*] (MASALHA, 2012) –, portanto não é possível visualizar um debate teórico mais constituído sobre o tema. Entretanto, o termo está presente no livro organizado por Ahmad Sa’di e Lila Abu-Lughod (2007), em um capítulo escrito pela própria Abu-Lughod em que a teórica se ocupa a tratar desse conceito. Neste capítulo, intitulado *Return to Half-Ruins: memory, postmemory, and living history in Palestine*, em tradução livre, *Retorno a Ruínas pela metade: memória, pós-memória e história viva na Palestina*, a autora busca compreender os limiares entre história, memória e pós-memória, analisando as sobreposições desses conceitos a partir da própria vida do pai. Ela conclui que a memória e a pós-memória possuem valências especiais no caso palestino, uma vez que o passado ainda não passou (2007, p. 79), interpretação que abre a possibilidade de se compreender uma primeira singularidade para o caso da Palestina.

Nesse âmbito, podemos considerar que o processo pelo qual os palestinos/as passam ainda não foi encerrado, e assim, não há possibilidade de colocar os eventos traumáticos em um passado historicamente finalizado, para então ser elaborado, ou finalmente reconhecido, diferente do Holocausto ou mesmo da experiência argentina, sendo inclusive definido pela socióloga Nahla Abdo (2018, p. 54) como um processo permanente de genocídio. Dessa forma, a catástrofe inaugural, isto é, a Nakba de 1948 e a expulsão populacional, é tratada (e sentida) como algo contínuo, tornando-se um processo histórico do presente, além de um evento historicamente situado.

Considerando-se esta última dimensão, é teoricamente viável atribuir que os filhos/as e os netos/as dos sujeitos que passaram por 1948 produzam experiências geracionais do traumático, perpetuando uma marca emocional que não experimentaram propriamente. De fato, a Nakba é recorrentemente angariada pelas gerações subsequentes, e ressignificada por diferentes grupos. A Nakba também é um tema fundamental na produção cultural, e assim como no caso argentino, é mobilizada enquanto linguagem estética e política,

formando um grande arcabouço de “artes de resistência” (BOULLATA, 2009). Entretanto, não seria suficiente analisar o trauma palestino somente por 1948, mas pela durabilidade do processo histórico, como indicado.

Nesse sentido, a transmissão geracional é um elemento central na produção de memória palestina . e na própria sobrevivência dos palestinos/as, aproximando por esse aspecto o conceito de pós-memória de Hirsch, mas ainda podemos apontar para outras vivências neste processo, como a *Naksa* de 1967 e a ocupação da Cisjordânia, os massacres em campos de refugiados nos anos 1980, o controle de corpos nos territórios ocupados, a violação de direitos humanos, entre outros. Assim, as fronteiras entre memória e pós-memória na Palestina tendem a ser difusas, tendo camadas que se interpenetram, justamente por não ser possível definir, do ponto de vista do sobrevivente e da vítima, ou seja, da experiência, quando se inicia ou termina um ciclo de memória, considerando o contínuo processo palestino.

O trauma inaugural, a Nakba de 1948, não se diferencia dos eventos-trauma cotidianos vivenciados pela ocupação, sobrepondo, portanto, traumas, memórias e gerações. Neste caso, o conceito de *dobles memoria* utilizado para o caso argentino pode também auxiliar a compreensão da experiência palestina, ou ao menos apresenta esse potencial analítico, já que filhos/as de sobreviventes de 1948 também passam por suas próprias vivências traumáticas . como veremos na obra de Barakat, em que a autora narra a sua expulsão e a violência da ocupação nos anos de 1967 e 1981, respectivamente; tornando-se também vítima desse processo. Dessa maneira, sua narrativa ressignifica e reatualiza a Nakba de 1948, na medida em que adiciona camadas de subjetividade no processo de formação e transmissão do trauma palestino.

Outro elemento que singulariza a transmissão da (pós-) memória é a dimensão de retorno (*'awda*), a que Abu-Lughod atribui enquanto um termo carregado de nostalgia para os palestinos/as diaspóricos . abrindo-se aqui outro campo de problemática, não só da temporalidade, mas das mudanças geoespaciais que palestinos/as vivem desde a expulsão de 1948. A autora enfatiza o tema do retorno como uma possibilidade de inserir o passado no presente, a partir da história de retorno de seu pai, mesmo que para uma Palestina ocupada. Nesse sentido, o contato com a terra, ainda que modificada, parece ter um papel central, já que no retorno “[...] meu pai viu além, entre e atrás deles [construções] a paisagem familiar de sua juventude” (ABU-LUGHOD, 2007, p. 84, tradução nossa)⁸, e assim, o local tornou-se parte da elaboração do trauma. Através dessa arquitetura modificada, a transmissão de pai para filha de um passado no presente realça a tentativa de compreensão da filha, que não viveu 1948, de imaginar uma Palestina “primordial”. Abu-Lughod, ao viajar por diferentes lugares, narra que,

Escondido e entre as novas estruturas que dominam as vilas e cidades, ele apontaria as janelas em arco de antigas casas árabes que de alguma forma escaparam da destruição. Ruínas pela metade ele construiu em sua imaginação, enquanto eu me esforçava para decifrá-las em meio ao concreto feio (ABU-LUGHOD, 2007, p. 84, tradução nossa)⁹.

A materialidade e o retorno se tornam elementos de aprendizagem e de narração para uma filha de um sobrevivente da Nakba. Neste âmbito, é importante ressaltar que, em decorrência da expulsão de palestinos/as, o nascente Estado de Israel se apropriou de toda a cultura material palestina – desde livros a móveis (MASALHA, 2018, p. 7), buscando, por um lado, a incorporação destes para o novo projeto cultural israelense, e por outro, impedir o acesso dos palestinos/as aos seus próprios registros, promovendo um verdadeiro movimento de apagamento histórico. Nesse sentido, as estruturas da oralidade e memória foram e são fundamentais para a sobrevivência da Palestina no pós-1948, de maneira que projetos de memorialização tornaram-se formas de resistência (2018b, p. 17) que permanecem como práticas no tempo presente. Reportando, nesse âmbito, a um possível processo de pós-memória, uma vez que o acesso a esse passado está prejudicado pelas tentativas de apagamento da cultura palestina, a própria característica do *memoricídio*. Por outro lado, a transmissão geracional é central para a permanência, sedimentação e reatualização das histórias palestinas – nos informando sobre a importância das elaborações afetivas (e de luta) nas diversas instâncias familiares, locais e “nacionais”.

AS MEMÓRIAS NA ARGENTINA: OS DESOBEDENTES EM CENA QUESTIONANDO O LUGAR DO PAI

Escritos desobedientes teve o objetivo de contemplar a primeira produção literária da associação de descendentes de repressores argentinos que condenam a violência perpetrada pelo regime militar. A obra contém textos de autoria individual e coletiva desses sujeitos nascidos no interior da família de militares. Alguns escreveram especialmente para o volume. Outros já escreviam há bastante tempo, e inclusive já haviam publicado livros, de forma que muitos desses “biografemas”¹⁰ já estavam gestados, pois antes mesmo da necessidade de se organizar politicamente, houve a imposição quase que visceral de escrever sobre essa condição de ser descendente de torturadores.

A publicação do livro se insere num contexto de resistência dentro do cenário mais amplo da política argentina. Durante o governo macrista (2015-2019), certos setores, em suma apoiadores do partido presidencial, criticaram o “desmedido” apelo pelo uso da justiça institucional para a resolução dos crimes contra os direitos humanos. Além da revisão da agenda de direitos humanos, que desautorizava o protagonismo dos familiares das vítimas em organizar as pautas do passado recente, houve uma série de políticas de achatamento do Estado, traduzido em políticas neoliberais. Assim, seus autores/as também expressam seu caráter de oposição (bastante simbólica) aos movimentos de impunidade e de retirada de direitos do presente político argentino.

Por outra parte, a obra também se apresenta como um desafio ao pacto de silêncio imposto pelos seus pais na arena pública e privada. Em relação aos mecanismos de reparação e justiça, as Forças Armadas na Argentina nunca estiveram realmente dispostas a contribuir com informações sobre o último período de ditadura militar, seja sobre o destino dos corpos desaparecidos ou mesmo das crianças sequestradas. No âmbito familiar, esse mandato de silenciamento perdurou, e o segredo e o acobertamento familiar frente às graves violações cometidas geraram sintomas (angústia, culpa, vergonha) que, apenas colocando em palavras, puderam ser compreendidos como consequência de uma voz que foi por muito tempo negada (BARTALINI; STANGE, 2018, p.7).

Se a segunda parte do livro é a que faz referência à organização política da agrupação, é na primeira parte que se observam as tramas mais individuais, os fragmentos de histórias íntimas de suas memórias familiares e de infância, escritas em forma de diários, crônicas e poesias. Essas histórias refletem de que forma o estado de exceção e a instituição social da família produzem e reproduzem políticas repressivas de poder, seja pela lógica da violência, da tortura ou mesmo da cultura de submissão patriarcal (BARTALINI; STANGE, 2018). Mais do que isso, adicionam elementos para compreender uma ideologia militar que acometia não somente o “inimigo externo”, mas também os seus. A figura dual/sombria/incômoda de pai e militar/policial é o combustível para muitos desses relatos.

Para representar a diversidade de relatos, escolhemos o primeiro texto do capítulo de Analía Kalinec. Os variados textos reunidos no capítulo que leva o seu nome, haviam sido anteriormente publicados no seu perfil pessoal de Facebook, entre os anos de 2016 e 2017. No livro, eles seguem um esquema de diário e são progressivamente datados. A escolha do texto e da autora se deve ao valor da matergrafia¹¹ construída por sua escrita.

De Colita de Algodón, Obediencia Debida y otras cuestiones apresenta reflexões que circunscrevem as memórias familiares (que remete à sua infância, a de seus filhos, ao seu lugar de mãe e ao papel de seu pai) na história política do país. Mais ou menos assim ele começa:

Cuando era chica, mi papá solía recitarnos la historia de “Colita de Algodón” [...] Con ternura yo lo miraba, años atrás, recitar la misma historia a sus nietos. Con signos de entonación y suspensos propios del relato, repetía: “Colita de Algodón era un conejito muy picarón”, esta parte del relato venía acompañada por una sonrisa. Luego, frunciendo el ceño, continuaba: “Su mamá le dijo: ‘Oye, Conejín, ¡no vayas muy fuerte en monopatín!’”. En esta parte, el tono de alarma y sorpresa generaba expectación en los jóvenes oyentes que escuchaban el triste desenlace: “Por desobediente pronto se cayó y su cola blanca... ¡Ay, se lastimó!”. Mamé de

muy pequeña –incluso transgeneracionalmente, supongo– esta idea de “ser obediente”. (KALINECb, 2018, p. 20-21, grifo do autor)

Analía remete a um conto narrado pelo seu pai – sobre um coelho que por desobediente “se dava mal”, para fazer uma inflexão pessoal sobre como a obediência (uma ideologia imposta tanto pela educação familiar quanto pela ordem militar) foi introduzida na sua subjetividade na tenra infância e de como ela a reproduziu em sua vida adulta mesmo sem perceber. O controle familiar buscava que não se perscrustasse, que não se indagasse, que silenciasse frente a qualquer curiosidade infantil ou hesitação mais amadurecida sobre o que se passava na sociedade durante a ditadura e que pudesse colocar em xeque o poder familiar e a integridade moral do pai. Observa, ainda, o processo de transmissão dessa ideologia, mesmo em democracia, como um legado aos seus filhos. O pai repressor agora é avô-repressor, mas os processos de submissão e hierarquia perduram no tempo e na família.

De acordo com Figueiredo (2013, p. 73), a autoficção feminina usualmente se endereça aos contos de fadas para dar escopo a sua escrita. Embora a autora esteja preocupada em discutir a forma como as escritoras mulheres redefinem os conceitos sobre corpo e identidade feminina a partir dos mitos da sexualidade e do papel do desejo heterossexual nessas histórias infantis, é interessante perceber como Analía também ativa um conto infantil para discutir os processos normalizadores das convenções sociais – que são também de ordem patriarcal. Nesse caso, o conto busca retratar como a pedagogia da cultura política autoritária e mais especificamente da hierarquia militar foi produzida e difundida no interior da sua família.

A obediência, segundo ela, durou até o momento em que seu pai é interpelado pela justiça para ser processado pelos crimes cometidos durante seu acionar no mecanismo repressivo da ditadura:

Quando mi papá es interpelado por la Justicia, ya que debía dar cuenta de su accionar durante el terrorismo de Estado, yo tenía 24 años y jamás se me hubiera cruzado por la cabeza poner en duda su integridad moral. Hoy, ya estoy pisando los 37 y llevo un largo recorrido en esto de desenmarañar mi historia y de tratar de entender lo inentendible. Leí la causa, los testimonios de los sobrevivientes de los centros clandestinos en los que estuvo, ahondé con bibliografía sobre el tema... ¡me recibí de psicóloga! Quería sacar mis propias conclusiones, aunque esto implicara, necesariamente, ser desobediente. (KALINECb, 2018, p. 21)

Foi durante o governo de Néstor Kirchner que foram derogadas as leis que garantiam a impunidade dos repressores desde os anos 1980. Por isso, desde o início dos anos 2000, realizam-se, na Argentina, Juízos Orais e Públicos com o intuito de julgar os crimes contra a humanidade ocorridos no período militar. O processo de penalização dos agentes das forças armadas nas últimas décadas, despontou então, como no caso de Analía, para que emergisse uma consciência, ainda que à revelia, por parte desses filhos/as, de que seus pais cometeram graves violações de direitos humanos. Depois de elaborar todos esses processos e elaborar-se a si mesma, Analía pondera:

Mis hijos ya no escuchan la historia de Conejín. Me encargo, casi obsesivamente, de contarles historias en las cuales los protagonistas siempre dicen lo que piensan y nunca hacen algo por ser obedientes, o por quedar bien con otros [...] No son ajenos ni inmunes al Pokémon Go, ni a tantas otras cosas que se filtran sigilosamente entre sus amigos y sus juegos. Yo les advierto que estén atentos, ellos me escuchan, un poco se ríen y lo descargan en el celular. Tendrán que sacar sus propias conclusiones. (KALINECb, 2018, p. 21)

Analía, num exercício de memória que remete primeiro ao lugar de filha e depois ao lugar de mãe, reconfigura o lugar da educação paterna opressora (e de um Estado e um pai repressor) em sua vida. A pedagogia que busca transmitir aos seus filhos é outra, mais libertadora, mais “desobediente”. Mas ela sabe que há um limite nessa educação (que a própria ordem familiar e militar não respeitou), e deixará que os seus filhos escolham e decidam por eles mesmos.

AS MEMÓRIAS NA PALESTINA: PERCEPÇÕES SOBRE OCUPAÇÃO E VIOLÊNCIA EM TASTING THE SKY

O eixo central que conecta as reflexões de Ibtisam Barakat, em *Tasting the Sky*, acerca da sua infância e juventude é a ocupação israelense. Dessa forma, ao se construir na narrativa e contar passagens de sua vida,

Barakat se propõe a dissertar sobre poder e liberdade. A construção desta se dá pela relação entre liberdade e escrita, e porquanto, entre escrita e lembrança. Isso porque, ao situar o leitor no modo como a ocupação virou algo cotidiano, que tem efeitos em todas e quaisquer ações corriqueiras, a ocupação traça os limites de ação e da transgressão, e o controle dos corpos, ao que a antropóloga Honaida Ghanim (2008) analisa enquanto uma thanatopolítica [*thanatopolitics*], um mecanismo de controle sobre a morte.

É possível visualizar essas questões na primeira parte do livro, que se passa em 1981, quando a jovem Barakat narra como foi parada dentro de um ônibus por soldados no *checkpoint* de Surda, saindo de Berzeit a caminho de Ramallah, e é encaminhada para um centro de detenção. Aqui, transparecem as reflexões de Barakat acerca dos anseios de sua mãe para que ela permaneça invisível, que não chame atenção (2007, p. 8), assim como não se envolva com política. No entanto, essa invisibilidade parece ser impossível, uma vez sob ocupação, já que uma simples adolescente se torna alvo de interrogação pelos soldados. Ainda que em seus pensamentos, Barakat se questiona: “eu não acho que uma estudante de ensino médio como eu seja visível suficientemente. Ele [soldado] deve estar falando com o homem sentado atrás de mim” (BARAKAT, 2007, p. 4, tradução nossa)¹².

O segredo de Barakat é, então, compartilhado: a curta viagem de Barakat se realiza em direção ao que considera liberdade, materializada em uma caixa postal herdada de seu irmão, a Caixa Postal número 34. A jovem se refugia em suas cartas, que escreve para estranhos do mundo todo, seus *pen pals*, amigos de caneta. É interessante que Barakat guarda com todo cuidado a chave para a caixa postal, e leva consigo no pescoço quando faz o percurso até Berzeit, uma referência simbólica àquelas chaves que tantos palestinos/as ainda guardam de suas casas perdidas, como é o caso de sua própria avó (BARAKAT, 2007, p. 127). O objeto representa uma lembrança ativa e fantasmagórica de 1948, e permanece material e iconograficamente atravessando gerações.

Em suas cartas, a jovem Ibtisam conta para seus correspondentes “[...] sobre minha escola, amigos, professores, estudos. Eu descrevo as estações, o território [...] Olhando para um espelho de mão, eu me descrevo como se eu não tivesse uma foto para mandar” (BARAKAT, 2007, p. 10, tradução nossa)¹³. Ao pensar sobre contar o que vivenciara naquele dia, Barakat reflete: “O que diriam meus colegas de correspondência se lhes dissesse que estou em um centro de detenção porque fui abrir minha caixa postal para receber as cartas deles?” (BARAKAT, 2007, p. 11, tradução nossa)¹⁴. A ênfase da escrita enquanto mote da liberdade pode ser analisada em uma dimensão dupla, já que a escolha por narrar – mesmo que sua mãe lhe peça para esquecer, está presente na resistência cotidiana da jovem Barakat na decisão de se locomover por um território vigiado, bem como na construção da autoficção pela escritora Barakat, que escolhe narrar passagens da sua vida para se lembrar, e para contar a sua história para o mundo. Nesse sentido, ao longo de suas reflexões, percebe-se um embaralhamento temporal na resposta à sua mãe sobre querer lembrar, marcando um sentimento politizado da existência da Palestina, encarnado pelo seu desejo por escrever (e na prática, na publicação desta narrativa).

Ao nos transportar para 1967, a escritora transita por temporalidades diversas para fazer aparecer diferentes percepções sobre a ocupação. Assim, Barakat adiciona em sua rememoração um aspecto dual da vida sob ocupação na perspectiva de uma criança, isto é, uma certa incompreensão do significado daquela realidade, embora aquilo tenha sido a raiz das mudanças da família. Neste aspecto, Barakat parece querer transportar o leitor ao mais próximo do que uma criança de três ou quatro anos poderia experienciar, e de certa forma, o desconhecimento sobre a realidade em 1967 abre espaço para que haja uma certa curiosidade, uma aproximação – possivelmente impensável para adultos – entre Palestina e Israel naquele contexto. Esse interesse revela, fundamentalmente, um encontro com o outro, sob a perspectiva da pequena Barakat, ao afirmar que os soldados também cantavam: “[...] Mas diferente das estudantes que ficavam no parque infantil, os soldados pisavam e marchavam. Eu pensava se eles estavam rezando. Eram eles que nem nós – diariamente pedindo a Deus para mostrar a eles o caminho certo?” (BARAKAT, 2007, p. 147, tradução nossa)¹⁵. Um

exemplo de encontro da rememoração com a autoficcionalidade, uma reflexão sobre o indivíduo e a sociedade, dando espessura ao tempo.

O temor e a curiosidade coexistem para a pequena Ibtisam, sendo que a narradora Barakat destaca esta percepção dúbia:

Eu então compreendi que os soldados israelenses se tornaram parte da nossa vida diária. Nós olhávamos eles, imitávamos eles, nos questionávamos sobre suas ações, e falávamos sobre eles o tempo todo. Eles eram o motivo da nossa ansiedade e do nosso entretenimento. (BARAKAT, 2007, p. 98-99, tradução nossa)¹⁶

Com isso, a autora dimensiona que há vida dentro da ocupação, a partir do seu próprio exemplo, já que a pequena Ibtisam ia à escola, brincava, ganhava roupas novas e tinha momentos felizes com seus irmãos, porém, sempre ao fundo, a ocupação estava presente na mente. Com a constância da vigilância enquanto controle social (FOUCAULT, 2004), espacialidades que indicam caminhos operatórios, marcam lugares e garantem obediência, Barakat figura o poder nos soldados israelenses, seu ponto de contato direto com o significado de ocupação, e se questiona “[...] se aqueles soldados poderiam ver dentro da minha mente que eu estava incomodada com o que eles estavam fazendo” (BARAKAT, 2007, p. 93-94, tradução nossa)¹⁷. É interessante notar também que não há menção à Israel enquanto país ao longo do livro, somente dos soldados (ou soldados israelenses), o que denota uma certa relação entre ação e sujeito, um sistema quase invisível, mas que por trás, revela uma sistematização como tônica para normalização da ocupação.

A ocupação também media as relações de gênero, ainda que Barakat narre situações de incompreensão aos diferentes tratamentos dados a ela e aos irmãos, como as relações domésticas e de estudo. Por exemplo, o abandono definitivo da casa em que viviam se dá pela ameaça, em linguagem sexual, à violação do corpo da mãe de Ibtisam: “O outro [soldado] mandou beijos para mãe, abraçou e tocou em seu corpo de cima abaixo enquanto apontava para o corpo dela” (BARAKAT, 2007, p. 164, tradução nossa)¹⁸. Esse medo, e a violência pelo estupro são temas recorrentes desde 1948, quando muitas famílias deixaram suas terras para proteger mulheres – mães e filhas, de serem vítimas de violência sexual¹⁹. Mais uma permanência – a violação e o abandono da casa, e um silêncio, dos traumas palestinos ao longo do século XX.

A vivência dessas experiências leva Barakat, em 1981, à certeza da existência de um poder maior, assim como um entendimento mais complexo da ocupação, mais imponente do que compreendia na infância. Sua percepção sobre essa questão transparece na afirmação de que a autoridade do pai não é nada perto do controle da ocupação²⁰:

Os soldados são outra força que nos separa. O pai sabe que são eles, não ele, que controlam todos nós. Nós não somos livres para ser uma família da forma que ele quer, com ele sendo um leão em nossas vidas. Ele é um leão no zoológico. Qualquer um de nós pode ser levado a qualquer dia. (BARAKAT, 2007, p. 14, tradução nossa)²¹

Aqui, Barakat também sinaliza outras formas de poder, como por exemplo, a autoridade exercida por um pai de família, a quem ela também questiona inserida em uma visão da cultura local. Entretanto, a certeza de que o mecanismo da ocupação solapa o arranjo familiar, permite que se pondere acerca das formas de existência sob a violência, uma questão central narrada pela autora, e colocada à reflexão de seus leitores.

A PÓS-MEMÓRIA APLICADA: POTENCIALIDADES E CAUTELAS EM BARAKAT E ANALÍA

Nos termos de Hirsch, a pós-memória implica a recuperação do passado por aqueles que não viveram diretamente a experiência traumática. Contudo, Barakat e Analía comunicam parte de suas vidas por meio da escrita de caráter testemunhal. Por essa via, ter vivido ou não diretamente esses processos parece tão importante quanto a subjetividade inserida nesse passado de difícil acesso, na medida em que a pós-memória não se elabora somente a partir de uma experiência alheia, mas se realiza na tessitura de uma espessura própria.

A narração da experiência pelas autoras, descritiva e reflexiva ao mesmo tempo, expõe um cotidiano permeado por diferentes camadas temporais, atravessando um emaranhamento de memórias, de forma a

potencializar um espaço para a atuação da pós-memória nesses casos. Assim, entendemos a pós-memória como uma combinação de espessuras históricas ou como um dispositivo crítico, que observa o passado recente não tanto como uma experiência que já passou, mas como um acúmulo de memórias traumáticas que atravessa o tempo. Nesse sentido, o “pós” da memória não indica um processo acabado, mas uma categoria de análise, para examinar a perduração do trauma através das gerações. Em outras palavras, o “pós” é melhor compreendido não em sua ruptura – um antes e um depois, mas justamente na visualização das transformações que deixam à mostra continuidades e ressignificações para uma compreensão de processos históricos.

Por esta via, e tendo em vista a complexidade temporal que os casos argentino e palestino suscitam, o uso da pós-memória pode ser uma possibilidade categorial de análise para esses contextos marginais. Cabe destacar que, para a Palestina, uma problemática de outra ordem pode ser levantada acerca do emprego da pós-memória. Isso porque, como abordado anteriormente, o conceito, embora tenha se apresentado como uma proposição de alargamento dos estudos sobre o extermínio judeu, se insere na hegemonia discursiva acerca da *Shoah*, que como fundamenta Traverso (2012, p. 73), tornou-se uma “memória forte” e moldou a própria consciência histórica ocidental. Como parte da discussão acerca da produção do conhecimento, vê-se um movimento de produzir conceitos próprios para a compreensão do caso palestino, como o implicado no termo *memoricídio* de Masalha indicado acima. Isso não quer dizer que as dimensões sejam auto excludentes, mas podem amparar uma discussão sobre o impacto de conceitos ocidentais na compreensão de processos históricos marginais.

Para a realidade argentina, embora Basile prefira o conceito de *dobble memoria* para tratar das memórias dessa segunda geração atingida pela violência de Estado – na medida em que abarcaria tanto a lembrança direta da experiência traumática quanto a recuperação de uma lembrança que os transcende – o valor da pós-memória se visualizaria na recuperação e nomeação de um passado criminoso que sofreu tentativas de apagamento e em medir a experiência das várias gerações afetadas pela ditadura. No caso em tela, não só Analía, mas os seus filhos também se verão afetados pelo legado familiar. Além disso, com as novas informações trazidas pelo presente político, essa filha teve de reatualizar as memórias do seu próprio passado infantil e imaginar as experiências sombrias de seu pai, essas intransmissíveis, ressaltando as diferentes espessuras elaboradas a partir de um passado vicário. Da mesma forma, se o pós revela um dispositivo crítico, o discurso com base filial manifesta a interrupção da herança genocida, pautada na desobediência da hierarquia paterna/militar e na denúncia do passado familiar violento. Contudo, a perspectiva de ser vítima de um juízo social por ser filho/a de um torturador, pode ficar escamoteada nessa acepção categorial.

No caso do livro de Ibtisam Barakat, sua própria narrativa temporal exalta a combinação de memórias, como representante da geração do pós-1948 e transitando entre 1967 e 1981 enquanto vítima. Assim, há uma combinação do vivido com o narrado pelos mais velhos, indicando que o ano de 1948, embora não vivenciado por ela, é um marcador fundamental da sua vida e da memória dos palestinos/as como um todo, portanto, atuante também na formação da subjetividade da jovem Barakat. A permanência do processo histórico palestino é materializada através do símbolo da chave, como já mencionado, criando um laço geracional entre a casa da avó, a casa dos pais e a sua própria casa – a caixa postal. Ademais, há uma espécie de catarse por parte das mulheres em rememorar 1948 após se abrigarem depois da fuga contada pelos olhos de Barakat: “as mulheres não dormiram. Em vez disso, elas passaram o tempo contando histórias da guerra em 1948, bordando suas memórias com preocupação e lágrimas” (BARAKAT, 2007, p. 39, tradução nossa)²². O verbo escolhido aqui, remetido ao ato de costurar, é preciso quanto ao aspecto cumulativo da memorialização, e de reatualização do trauma, criando uma sobreposição entre 1948 e 1967. Nesse mesmo sentido, há um acúmulo para as décadas de 1960 e 1980, locais da narrativa de Barakat que versam sobre a ocupação, como foi desenvolvido anteriormente. Ainda é possível direcionar para a importância da transmissão dessas memórias por uma perspectiva de gênero, sendo o ritual de narração protagonizado por mulheres, incluindo sua avó e mãe e, fundamentalmente, ela mesma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste artigo, tivemos a intenção de trabalhar com a pertinência da categoria da pós-memória no caso das gerações afetadas pelos conflitos contemporâneos na Palestina e na Argentina, de modo a revisá-la em experiências para além da realidade histórica europeia como base para tratar dos fenômenos de trauma e memória. Partindo da problemática da escrita feminina contemporânea – e os aspectos da autoficção, buscamos apresentar um ambiente exploratório da pertinência teórica do conceito da pós-memória nos estudos das produções culturais da segunda geração afetada por traumas coletivos na história recente dos países mencionados. Assim, entendemos que as obras literárias apresentam essas características, especialmente por se tratarem de filhas que escrevem, *a posteriori*, sobre o trauma coletivo que afetou suas famílias – ainda que elas mesmas passem por traumas singulares, ao mesmo tempo “novos” e “herdados”, como vimos. Nesse sentido, a partir de algumas reflexões com relação à origem do conceito, seus desdobramentos e à historiografia das produções culturais de cada contexto, buscamos entender os possíveis enquadramentos analíticos da pós-memória para referir-se a esses passados marginais.

Com relação ao que esses textos tematizam em comum, chegamos a algumas conclusões. As produções de Analía e Barakat, saturadas por memórias, vocalizam temporalidades a partir de uma estratégia similar, o relato de infância. Em primeiro lugar, a cultura autoritária permeia as experiências de infância das duas autoras, ainda que a presença militar esteja colocada por diferentes vieses, uma mais interna (ao próprio arranjo familiar) e outra mais externa (a ocupação). No entanto, como foi possível observar, a militarização do cotidiano tem efeitos na formação desses sujeitos, na medida em que se fazem presentes outros elementos, como a própria vivência da violência, física e psicológica, aproximando as duas experiências à temática de gênero e guerra. Outro ponto de intersecção entre as duas produções é o silenciamento familiar como mandato de comportamento, de forma que reforçam, por diferentes mecanismos, a ordem do assujeitamento, da inexistência e da invisibilidade, um elemento central na percepção geracional do trauma.

Ademais, a construção da percepção sobre a infância deixa transparecer um modo de narração pouco ordenado, fragmentado, que ressalta o processo de rememoração e reflexão, indicando mais posições dúbias, incertas, contraditórias, do que versões totais, acabadas sobre um passado vivido. A articulação do sentimento de ingenuidade (curiosidade, incompreensão) próprio da infância parte de um modo de narração para a compreensão de si – uma dimensão mais íntima do processo de escrita – e também de um processo discursivo que realça a complexidade dos eventos e processos narrados (nas perspectivas históricas, morais e sentimentais), como a dualidade observada na curiosidade de Barakat pelos soldados e no afeto construído por Analía por seu pai repressor. Para além dos elementos discursivos, as obras servem ao aspecto político de suas respectivas sociedades, mobilizando um passado escondido, doloroso, e desejos por justiça, reparação e representação, ainda que seja possível dimensionar as diferenças do caráter público e institucional dos contextos argentino e palestino, e os níveis de reconhecimento, nacional e internacional, desses mesmos processos. Assim, as obras situam-se neste diálogo das epistemologias do sul, aproximando indivíduos e experiências em locais apartados geograficamente.

Ao concluir este texto, desejamos contribuir aos estudos de literatura feminina e feminista contemporânea numa perspectiva interrelacional e global, compreendendo o potencial da discussão dos temas sobre trauma, violência, gênero e memória, assim como do conceito de pós-memória, partindo de um local não eurocentrado, ainda que ressaltando o caráter inicial de exploração desse conceito para os casos estudados, e em perspectiva comparada. Esperamos também cooperar com a historiografia feminista sobre as lutas de oposição que envolvem as mulheres de terceiro mundo em uma proporção de experiências próximas, aos processos de solidariedade internacional com a causa Palestina, a partir da perspectiva dos direitos humanos e ainda aos processos históricos inacabados que vinculam o passado recente a uma questão sempre presente.

REFERÊNCIAS

- ABDO, Nahla. Feminism, indigenism and settler colonialism: oral history, memory and the Nakba. In: ABDO, Nahla; MASALHA, Nur. *An oral history of the Palestinian Nakba*. London: Zed Books, 2018. p. 40-64.
- ABU-LUGHOD, Lila. Return to half-ruins: memory, postmemory, and living history in Palestine. In: SA'DI, Ahmad; ABU-LUGHOD, Lila. *Nakba: Palestine, 1948, and the claims of memory*. New York: Columbia University Press, 2007. p. 77-104.
- BARTALINI, Carolina; STANGE, Verónica Estay (orgs.). *Escritos desobedientes: historias de hijas, hijos y familiares de genocidas por la memoria, la verdad y la justicia*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Marea, 2018.
- BASILE, Teresa. *Infancias: la narrativa argentina de HIJOS*. Córdoba: Editorial Universitaria Villa María Eduvim, 2019.
- BASILE, Teresa. Ditadura argentina em foco: a problemática das filhas e filhos de repressores por Teresa Basile. [Entrevista cedida a] Marina Lis Wassmansdorf. *Fronteiras Revista de História*, [Dourados], v. 22, n. 40, p. 202-220, jul./dez. 2020a.
- BASILE, Teresa. Padres perpetradores. Perspectivas desde los hijos e hijas de represores en Argentina. *Kamchatka. Revista de Análisis Cultural*, [Valencia], v. 15, p. 127-157, jun. 2020b.
- BARAKAT, Ibtisam. *Tasting the Sky: a palestinian childhood*. 1. ed. New York: Melanie Kroupa Books, 2007.
- BOULLATA, Kamal. *Palestinian Art: from 1850 to present*. London: Saqi, 2009.
- DUHALDE, Eduardo Luis. *El Estado terrorista argentino*. Buenos Aires: Eudeba, 1999.
- FIGUEIREDO, Eurídice. *Mulheres no espelho: autobiografia, ficção, autoficção*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: o nascimento das prisões*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- GHANIM, Honaida. Thanatopolitics - the case of the colonial occupation in Palestine. In: LENTIN, Ronit (org.). *Thinking Palestine*. London: Zed Books, 2008. p. 65-81.
- HIRSCH, Marianne. *Family frames: photography, narrative and postmemory*. Cambridge: Harvard University Press, 1997.
- KALINEC, Analía. Manifiesto. In: BARTALINI, Carolina; STANGE, Verónica Estay (orgs.). In: *Escritos desobedientes: historias de hijas, hijos y familiares de genocidas por la memoria, la verdad y la justicia*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Marea, 2018a. p. 7-9.
- KALINEC, Analía. Analía Kalinec. In: BARTALINI, Carolina; STANGE, Verónica Estay (orgs.). *Escritos desobedientes: historias de hijas, hijos y familiares de genocidas por la memoria, la verdad y la justicia*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Marea, 2018b. p. 20-29.
- MASALHA, Nur. *The Palestine Nakba: decolonising history, narrating the subaltern, reclaiming memory*. London: Zedbooks, 2012.
- MASALHA, Nur. Decolonizing methodology, reclaiming memory: Palestinian oral histories and memories of the Nakba. In: ABDO, Nahla; MASALHA, Nur. *An oral history of the Palestinian Nakba*. London: Zed Books, 2018. p. 6-39.
- PELLER, Mariela. Lugar de hija, lugar de madre: autoficção y legados familiares en la narrativa de hijas de desaparecidos en Argentina. *Criação & Crítica*, [São Paulo], n. 17, p. 75-90, dez. 2016.
- REIBALDI, Bibiana. Bibiana Reibaldi. In: BARTALINI, Carolina; STANGE, Verónica Estay (orgs.). In: *Escritos desobedientes: historias de hijas, hijos y familiares de genocidas por la memoria, la verdad y la justicia*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Marea, 2018. p. 31-35.
- ROBIN, Régine. La autoficção: el sujeto siempre en falta. In: ARFUCH, Leonor. *Identidades, sujetos y subjetividades*. Buenos Aires: Prometeo, 2002. p. 45-58.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SHALHOUB-KERVOKIAN, Nadera. *Militarization and violence against women in conflict zones in the Middle East: a Palestinian case-study*. New York: Cambridge University Press, 2009.

- SZURMUK, Mónica. Posmemoria. In: SZURMUK, Mónica; MCKEE IRGWIN, Robert. (coord.). *Diccionario de estudios culturales latino americanos*. México: Instituto Mora: Siglo XXI, 2009. p. 224-228.
- TOLOSA, Jorge. Propuestas para decolonizar Palestina-Israel. In: MENESES, Maria Paula; BIDASECA, Karina. *Epistemologías del sur*. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 273-298.
- TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar*. Belém: edições UNIPOP, 2012.
- TURIN, Rodrigo. A polifonia do tempo: ficção, trauma e aceleração no Brasil contemporâneo. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 19, n. 35, p. 55-70, 2017.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. Editorial: Terceiro mundo ou sul global?. *Austral*, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p. 7-8, jul./dez., 2015.
- WARNOCK, Kitty. *Land before honour: Palestinian women in the occupied territories*. London: Macmillan, 1990.
- WHITE, Hayden. O passado prático. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 20, n. 37, p. 9-19, 2018.

NOTAS

- 1 A história contemporânea da Palestina é marcada pela Nakba, a catástrofe em árabe, no ano de 1948, e se refere ao processo de expulsão e limpeza étnica dos palestinos/as a partir da criação do Estado de Israel. Este processo pode ser compreendido a partir de uma conjunção de fatores, como a constituição do sionismo, os eventos da Primeira Guerra Mundial, bem como a ação colonial britânica de ocupação do território palestino e o apoio ao projeto sionista com a Declaração de Balfour, de 1917. Em 1967, a partir da Guerra dos Seis Dias, a Naksa, com a derrota dos exércitos árabes, as forças israelenses passaram a ocupar partes da Palestina como Cisjordânia e Gaza. Ao longo dos mais de setenta anos, os palestinos/as vivem sob condições diversas, em territórios ocupados, como cidadãos de “segunda classe” em Israel, em campos de refugiados, em países vizinhos e na diáspora, lutando por autodeterminação. Ver: KHALIDI, Rashid. *The iron cage: the story of the palestinian struggle for statehood*. UK: Oneworld Oxford, 2007; KHALIDI, Rashid. *The Hundred Year’s War on Palestine: A History of Settler Colonial Conquest and Resistance*. London: Profile Books, 2020. E-book; MASALHA, Nur. *The politics of denial: Israel and the Palestinian refugee problem*. London: Pluto Press, 2003; MASALHA, Nur. *Palestine: a four thousand year history*. London: Zedbooks, 2018; SAID, Edward. *A questão da Palestina*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.
- 2 No dia 24 de março de 1976, as Forças Armadas desferiram o golpe militar na República argentina instalando o chamado “processo de reorganização social”. Esse processo, entre outras medidas, movimentaria um fenômeno de limpeza social por meio da repressão política e do uso extensivo da violência, culminando na eliminação (física e identitária) de seus opositores. Os principais esforços dos militares estavam concentrados nos militantes provenientes das organizações políticas de esquerda, no entanto, uma gama muito maior de população civil foi atingida pela repressão, na medida em que eram apontados como inimigos do Estado. Aproximadamente 30.000 pessoas seriam desaparecidas durante o acionar repressivo, que durou até 1983.
- 3 Jorge Tolosa (2018) fundamenta que o processo de criação do Estado de Israel, pensado ainda no final do século XIX através do sionismo, envolveu uma lógica de substituição da população nativa, concebida dentro dos padrões do colonialismo europeu, valendo-se de categorizações desta população como “atrasada” e “incivilizada”. Nesse sentido, o ocorrido na Palestina é um processo recente, e não um “conflito” longínquo entre religiões e povos, uma retórica largamente usada para justificar o suposto destino do povo judaico ao atual Israel.
- 4 O termo foi criado por Serge Doubrovsky nos anos 1970, e vem acompanhado de diversos debates acerca das formas de escrita sobre si, e de um modo mais amplo, da discussão sobre o papel do autor/a na narrativa ficcional. Para Doubrovsky, a autoficção seria diferente da autobiografia clássica, cuja autoria estaria mais restrita aos indivíduos importantes e/ou reconhecidos, sendo a autoficção um romance autobiográfico “[...] com formatos inovadores: são narrativas descentradas, fragmentadas, com sujeitos instáveis que dizem ‘eu’ sem que se saiba exatamente a qual instância enunciativa ele corresponde” (FIGUEIREDO, 2013, p. 61).
- 5 Por essa utilização, afirma Szurmuk, a crítica literária argentina Beatriz Sarlo teceu algumas críticas ao termo, na medida em que, para Sarlo, toda experiência do passado é viciária e mediada (SARLO, 2007, p. 93).
- 6 O termo “terrorismo de Estado”, para referir-se à repressão promovida pelo regime militar argentino, foi utilizado pela primeira vez por Eduardo Luis Duhalde (1999) e seria depois incorporado pelas organizações de direitos humanos da Argentina e também por acadêmicos, ao que alguns consideraram uma adoção sem crítica. Ver: D’ANTONIO, D; EIDELMAN, A. Usos y debates en la Argentina sobre la categoría del Estado terrorista. *História, Debates e Tendências*, Passo Fundo, v. 19, n. 3, p. 361-383, set/dez. 2019; ÁGUILA, Gabriela. La represión en la historia reciente como objeto

- de estudio: problemas, novedades y derivas historiográficas. In: ÁGUILA, G. et al. (coords). *La Historia Reciente en Argentina. Balances de una historiografía pionera en América Latina*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2018.
- 7 A ideia de uma “guerra suja” está condicionada à figura do militar salvador da pátria, o qual, para combater o inimigo “subversivo”, poderia sair das normas tradicionais das Forças Armadas e empregar métodos clandestinos e ilegais. Nesse entendimento, as mortes de pessoas consideradas “inocentes” seriam resultado de alguns “excessos” e “erros” do processo de combate e não de um projeto político de extermínio do regime militar. Esse discurso foi criado pelos próprios militares argentinos na época e era repetidamente instrumentalizado para justificar as violações contra os direitos humanos que já eram denunciadas pelos familiares das vítimas em âmbito internacional (BASILE, 2020b). Ver: FEIERSTEIN, Daniel. *Sobre conceptos, memorias e identidades: guerra, genocidio y/o terrorismo de Estado en Argentina*. *Política y Sociedad*, Madri, v. 48, n. 3, p. 571-586, 2011.
 - 8 [No original]: “[...] my father saw beyond, between and behind them to the familiar landscape of his youth” (ABU-LUGHOD, 2007, p. 84).
 - 9 [No original]: Tucked in and among the new structures that dominate the towns and cities, he would point out the arched windows of old Arab houses that had somehow escaped destruction. Half-ruins he built in his imagination, while I strained to make them out amidst the ugly concrete (ABU-LUGHOD, 2007, p. 84).
 - 10 Biografemas seriam, segundo Figueiredo (2013, p. 20), as definições de Barthes para tratar da “biografia ‘esburacada’”, “reduzida ‘a alguns pormenores, a alguns gostos, a algumas inflexões’”.
 - 11 “[...] textos en que la madre funciona como el Otro para quién, por quién y desde quién se estructuran los relatos” (VILCHES, 2003 apud PELLER, 2016).
 - 12 [No original]: “I don’t think a high school girl like me is visible enough. He must be talking to the man sitting behind me” (BARAKAT, 2007, p. 4).
 - 13 [No original]: “[...] about my school, friends, teachers, studies. I describe the seasons, the land, [...] Looking into a hand mirror, I describe myself as if I don’t have a picture to send” (BARAKAT, 2007, p. 10).
 - 14 [No original]: “What would my pen pals say if I told them that I am standing at a detention center because I went to open my postbox for their letters?” (BARAKAT, 2007, p. 11).
 - 15 [No original]: “[...] But unlike the schoolgirls who stood in the playground, the soldiers stomped and marched. I wondered if they were praying. Were they like us – daily asking God to show them the right path?” (BARAKAT, 2007, p. 147).
 - 16 [No original]: “I realized then that the Israeli soldiers had become part of our daily life. We watched them, imitated them, puzzled over their actions, and talked about them all the time. They were the source of our anxiety and our entertainment” (BARAKAT, 2007, p. 98-99).
 - 17 [No original]: “[...] whether those soldiers could see inside my mind that I was upset with what they were doing” (BARAKAT, 2007, p. 93-94).
 - 18 [No original]: “The other [soldier] threw kisses at Mother, hugged and touched his body up and down as he pointed to hers” (BARAKAT, 2007, p. 164).
 - 19 Ver mais: WARNOCK (1990) e SHALHOUB-KERVOKIAN (2009), que abordam a questão da violência sexual, honra e identidade nacional.
 - 20 Nadera Shalhoub-Kervokian (2009) estuda os efeitos da ocupação como a “desmasculinização” de homens que sofrem humilhações por soldados israelenses. A teórica reflete sobre como isso leva, em algumas circunstâncias, ao aumento da violência doméstica nos lares palestinos.
 - 21 [No original]: The soldiers are another force that separates us. Father knows that they, not he, are the ones who control every one of us. We are not free to be a Family the way he wants, with him a lion in our lives. He is like a lion in the zoo. Any of us can be taken away any day (BARAKAT, 2007, p. 14).
 - 22 [No original]: “the women did not sleep. Instead, they passed the time by telling stories of the war in 1948, embroidering their memories with worry and tears” (BARAKAT, 2007, p. 39).